

TOCANTINS, O SERTÃO, O RIO E A GÊNESE DE UM ESTADO: UMA JORNADA LITERÁRIA E HISTÓRICA



Júlio Edstron S. Santos

Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2014).
Doutor em Direito pelo UniCEUB, Membro da comissão de ensino
jurídico da OAB/MG. Pesquisador do Centro Universitário de Brasília.
Professor do Curso de Direito da FBr.

Fabício Jonathas A. S. Rodrigues

Mestre em Direito Internacional, Econômico e Tributário, com
formação em Direito Pela Universidade Católica de Brasília, experiência
como professor universitário nos cursos de Direito, Ciências
Contábeis, Administração de Empresas e Ciências Econômicas*.
Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Brasília - FBr.
Membro dos grupos de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas
Avançadas do Terceiro Setor (NEPATs).

Email: fjonathas@gmail.com

Leiliane Rodrigues Corrêa Silva

Mestra em Direito pela Universidade, especialista em Direito Civil e
Direito Processual Civil, pelo Centro Universitário do Distrito Federal
(UDF) (processo seletivo classificatório e bolsa institucional avaliada
por menção), especialista em Docência no Ensino Superior e Mediadora
judicial. Pesquisadora e orientadora na área do Direito Internacional
e Legislação do Terceiro Setor. Membro do corpo editorial da
Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília.
Email: professora.leiliane@gmail.com



DOI: 10.56372/desleituradas.v14i14.216

Resumo: Este artigo analisa a relação histórica, cultural e simbólica entre o Rio Tocantins e a formação da identidade regional que culminou na criação do Estado do Tocantins em 1988. Toma-se como referência a obra *Viagem ao Tocantins* (1945), de Júlio Paternostro, reconhecida como um marco literário e documental capaz de revelar as condições de vida no sertão e a resiliência das comunidades ribeirinhas. A pesquisa parte da contextualização do Brasil no século XX, período de intensas transformações no interior do país, para então examinar a importância das observações de Paternostro sobre a geografia, a navegação e a vida social da região. Utilizando revisão bibliográfica e método hipotético-dedutivo, o estudo destaca como a literatura funciona como instrumento de registro, denúncia e memória. Por fim, reflete-se sobre o papel simbólico das águas e do sertão na literatura brasileira, compreendidos como espaços de resistência, invenção e identidade nacional.

Palavras-chave: Tocantins. Rio Tocantins. Sertão. Júlio Paternostro. Literatura Brasileira.

Abstract: This article examines the historical, cultural, and symbolic relationship between the Tocantins River and the regional identity that led to the creation of the State of Tocantins in 1988. It focuses on the work *Viagem ao Tocantins* (1945), by Júlio Paternostro, considered a landmark literary and documentary source that reveals life conditions in the backlands and the resilience of riverside communities. The research begins with the contextualization of Brazil in the 20th century, a period of deep transformations in the countryside, and then explores Paternostro's observations on geography, navigation, and social life in the region. Based on bibliographic review and the hypothetical-deductive method, the study highlights literature as a tool of record, denunciation, and memory. Finally, it reflects on the symbolic role of rivers and backlands in Brazilian literature, understood as spaces of resistance, invention, and national identity.

Keywords: Tocantins. Tocantins River. Backlands. Júlio Paternostro. Brazilian Literature.

INTRODUÇÃO

O Estado do Tocantins, surgido com a Constituição Cidadã de 1988, tem sua origem e identidade profundamente ligadas à presença imponente do Rio Tocantins. Esta artéria fluvial, que perpassa o coração do Brasil, não apenas moldou a geografia e a história de uma vasta região, mas também influenciou a cultura e a resiliência de seu povo.

A obra *Viagem ao Tocantins*, de Júlio Paternostro de 1945, em particular, emerge como um documento literário e histórico de fundamental importância, espelhando de forma significativa nossa identidade geopsicológica e as bases para a própria criação do estado.

Essa pesquisa propõe-se a explorar essa relação pluralista. Iniciaremos com uma contextualização do Brasil em meados do século XX, um período de grandes contrastes e desafios no interior do país. Em seguida, abordaremos a seminal obra *Viagem ao Tocantins* de Júlio Paternostro, cujas observações sobre a região são cruciais para a compreensão da época.

Detalharemos a complexa relação entre o sertão e o Rio Tocantins, evidenciando as extremas dificuldades de navegação e as condições de vida das comunidades ribeirinhas.

Prosseguiremos discutindo como as realidades expostas na obra de Paternostro (1945) contribuíram para o movimento que culminou na criação do Estado do Tocantins. A relevância e o legado contemporâneo dessa obra serão, então, analisados, destacando sua importância para a memória regional e nacional.

Para esse trabalho baseada na técnica de revisão bibliográfica e no método hipotético dedutivo, vamos

particularizar a obra publicada em 1945 e devido a estilística a utilização de sua versão na internet que data no momento atual.

Ao investigar essa realidade, o presente trabalho alinha-se à proposta da coletânea “Falas e Fendas: Caminhos Literários para o Sertão”, ao considerar o sertão não apenas como um espaço geográfico, mas como um território simbólico e imaginativo.

O Tocantins, moldado pelas águas do rio que lhe dá nome, emerge como uma dessas fendas por onde escapa a alma de um país, lugar de resistência, memória e invenção. Neste contexto, a literatura funciona como registro e denúncia, revelando as múltiplas faces do sertão, suas belezas e contradições, seu misticismo e suas lutas

Por último, o trabalho se encerra com uma reflexão sobre a Literatura Brasileira e a alma dos sertões e rios, explorando como as águas fluviais servem como poderosos símbolos e narrativas no panorama literário do país.

RAÍZES HISTÓRICAS PROFUNDAS E O ESTADO DO TOCANTINS

O Estado do Tocantins, nascido da Constituição Republicana de 1988, é mais que um mero marco político-geográfico recente no vasto território brasileiro; sua própria essência e a construção de sua identidade estão intrinsecamente ligadas à imponente e desafiadora presença do sertão e do Rio Tocantins.

Essa colossal artéria fluvial, que serpenteia pelo coração do país, tem moldado a história, a cultura e a alma de um povo desde os primórdios da colonização, e sua

relevância ecoa profundamente na literatura brasileira, apresentando-se como um verdadeiro espelho da nação.

Sobre o tema viagem ao Tocantins Henri Coudreau, em seu livro “*Voyage au Tocantins-Araguaya*”, relata sua jornada de 31 de dezembro de 1896 a 23 de maio de 1897 pelas bacias dos rios Tocantins e Araguaia. A obra, ilustrada com 87 vinhetas e um mapa das duas regiões, descreve as observações geográficas e etnográficas do autor.

O autor francês Coudreau menciona ter cumprido duas de três missões confiadas a ele pelo Governador do Estado do Pará, Lauro Sodré: a Missão do Xingu e a Missão do Tocantins-Araguaia. A terceira missão, uma travessia entre o Xingu e o Araguaia, tornou-se possível devido ao conhecimento adquirido nas expedições anteriores e às recentes viagens do Padre Gil Villanova na região habitada pelos Cayapós Paraenses.

Coudreau afirma: “*Des trois missions que me confia, à la date du 1er mai 1896, M. Lauro Sodré, Gouverneur de l'État de Pará – Mission du Xingú, Mission du Tocantins-Araguaya, Mission de traversée entre le Xingú et l'Araguaya, – les deux premières sont maintenant accomplies.*” (Coudreau, 1897, p. 3).

O livro de Coudreau aborda temas como a geografia local, a etnografia das populações indígenas, as relações dos Cayapós Paraenses com os civilizados, além de detalhes sobre a navegação a vapor nos rios Araguaia e Tocantins.

A obra é uma valiosa fonte de informações sobre a região amazônica no final do século XIX, com descrições de cachoeiras, como a Cachoeira Grande (*Canal de Mar-Di-Caru*), e a menção a locais como as terras de Conceição, os Campos de Martyrios e o Rio do Somno.

A significância de eixos fluviais como o Tocantins já era notada séculos antes, inclusive na Constituição Imperial de 1824, que os reconhecia como elementos cruciais na delimitação de províncias, evidenciando seu papel estratégico como vias de penetração e colonização no interior do continente.

Muito antes, ainda no século XVII, o visionário Padre Antônio Vieira, em seu célebre “Sermão da Sexagésima” (1655), já fazia alusão às privações e perigos enfrentados pelos missionários em suas árduas “jornadas dos Tocantins”.

Essa menção precoce sublinha um território que, desde seus primeiros contatos com os colonizadores, impôs desafios monumentais, mas que simultaneamente forjou o caráter e a notável resiliência de seus habitantes diante de uma natureza exuberante, porém selvagem e muitas vezes implacável (Vieira, 2002, p. 36).

O BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX: CONTRASTES E VÁCUOS NO TERRITÓRIO

A expedição de Júlio Paternostro, realizada em 1935, e a subsequente publicação de sua obra em 1945, ocorreram em um Brasil de profundas e muitas vezes chocantes contradições.

Enquanto incipientes centros urbanos do litoral, como São Paulo e Rio de Janeiro, iniciavam um processo de industrialização e modernização, a vasta maioria da população brasileira vivia em condições rurais precárias, dispersa em um território ainda imenso e profundamente desintegrado.

Os indicadores sociais da época eram alarmantes e revelavam uma nação com sérios desafios: a expectati-

va de vida era baixíssima, a mortalidade infantil atingia níveis assustadores, e doenças endêmicas como malária, tuberculose e diversas verminoses se disseminavam sem controle, especialmente nas remotas regiões interioranas.

O analfabetismo era a norma para a maioria da população, com o acesso à educação formal permanecendo um privilégio restrito a poucas elites urbanas. A vida social no sertão era essencialmente de subsistência, quase autônoma, marcada pela escassa ou inexistente presença do Estado e de suas instituições.

Nesse cenário de dimensões continentais, a ausência estatal era dramática e suas consequências, severas. Longe do litoral e das poucas capitais que concentravam poder e recursos, vastos espaços permaneciam com baixa densidade populacional e uma carência institucional que beirava o abandono.

A infraestrutura era primitiva ou totalmente inexistente: estradas eram meros caminhos de terra intransitáveis na estação chuvosa, energia elétrica e saneamento básico eram quimeras para a maioria, e a comunicação com o mundo exterior era mínima.

Consequentemente, serviços essenciais como saúde, educação e justiça alcançavam apenas uma minoria privilegiada, deixando milhões de brasileiros à margem de direitos básicos, vivendo em um estado de vulnerabilidade contínua.

Em muitas dessas áreas esquecidas, a segurança pública não era controlada pelo governo central, mas sim por poderes locais, muitas vezes exercidos por coronéis ou latifundiários, gerando um vácuo de poder que acentuava a fragilidade e a exploração das populações (Fausto, 2005, p. 198).

Essa situação era ainda mais agravada pela escassez crônica de profissionais qualificados; médicos, professores, engenheiros e advogados concentravam-se nos grandes centros urbanos, relegando o interior a um vazio técnico e intelectual que perpetuava um ciclo vicioso de atraso e pobreza secular.

Foi exatamente nesse Brasil de enormes distâncias, marcantes contrastes e negligência estatal que Júlio Paternostro, com seu olhar aguçado e sensível, empreendeu sua *Viagem ao Tocantins*, legando-nos um testemunho inestimável e vívido das condições de vida e da complexa, porém resiliente, relação do homem com um ambiente tão grandioso quanto desafiador.

LITERATURA REGIONALISTA E O SERTÃO

A literatura regionalista brasileira, em sua vasta e rica produção, soube, como poucas expressões artísticas, capturar a essência complexa da relação do homem com a água em ambientes desafiadores e muitas vezes hostis. João Guimarães Rosa, em sua obra-prima *Grande Sertão: Veredas* (1956), eleva o conceito das “veredas” – esses caminhos úmidos ou secos que cortam o sertão e abrigam vida – a uma metáfora sublime da própria existência humana.

Nesses rios temporários, cujos leitos podem estar secos por meses a fio, ou em seus pequenos fios d’água que resistem à estiagem, o rio é muito mais que um acidente geográfico; ele é uma fronteira existencial, um caminho de autoconhecimento para os jagunços e suas filosofias, e uma fonte precária, mas vital, de vida que delimita o mundo árido.

A vereda, ora como um fio d'água que indica a esperança, ora como uma cicatriz de estiagem que revela a crueldade do clima, representa a persistência da vida e o mistério insondável da existência. “O sertão é do tamanho do mundo. Ou maior. Mas as veredas estão lá, para quem sabe ir e voltar, caminhos do pensamento e do destino” (Rosa, 1956, p. 19).

Isso sugere que o rio, mesmo em sua ausência, é um mapa indelével da alma sertaneja e um convite constante à introspecção e à busca por um sentido mais humano.

Em *Primeiras Estórias* (1962), o conto “A Terceira Margem do Rio” exemplifica, de forma poética e enigmática, o rio como um símbolo profundo da existência, do mistério e da incomunicabilidade humana.

O protagonista, ao observar o pai que inexplicavelmente decide viver isolado em um barco no meio do rio, sem jamais retornar à margem, reflete sobre a natureza da ausência, do sacrifício e da decisão inabalável: “Nosso pai não voltou. Não morreu. Não se sabia onde é que ele estava. Dói no coração, mas me lembro do que ele pensou e do que ele fez, numa atitude que nos deixou para sempre a questão de um rio que não tem volta” (Rosa, 1962, p. 25).

Aqui, o rio se torna um espaço liminar, uma barreira intransponível que sela o destino de uma vida e a alegoria de uma escolha radical, quase mística, que define a existência de quem fica condenado a observar de longe o mistério daquele que partiu.

Em um contraste pungente com as veredas rosianas, a ausência de água é o cerne e o motor da narrativa em obras marcantes como *Vidas Secas* (1938), de Graci-

liano Ramos. O rio, nesse caso, surge quase sempre como uma esperança distante e quase inatingível, um símbolo da utopia de sobrevivência e da dignidade humana buscada com desespero por Fabiano e sua família.

A seca é uma personagem implacável, e a água ou a falta dela, dita o ritmo da vida e da morte no sertão nordestino, em um ciclo vicioso de partida e retorno. A família de Fabiano, ao se mover em busca de água e melhores condições, “caminhava para o sul, para o desconhecido, carregando a vida seca nas costas e a esperança fugidia de um rio que os acolhesse” (Ramos, 1938, p. 12), uma jornada desesperada em busca de um rio que não seca, que representaria a própria salvação e a possibilidade de uma vida menos árida.

De maneira análoga, em *Os Sertões* (1902), Euclides da Cunha não apenas descreve, mas dissecar a relação dramática do homem do sertão com a água, revelando a brutalidade dos rios intermitentes e a luta épica pela sobrevivência em um ambiente onde a natureza impõe suas duras e inclementes regras.

Cunha destaca a ferocidade do ambiente, onde “a água, quando escassa, mais parece um veneno que uma bênção, tornando a vida um desafio contínuo, a forjar o homem forte e resignado, um tipo que resiste a tudo, menos à completa e avassaladora ausência de água” (Cunha, 1902, p. 78).

O rio, aqui, é uma promessa quebrada, um espelho da desgraça e um catalisador da resistência humana, mas também da teimosia e da capacidade de superação de um povo.

A PROXIMIDADE INTRÍNSECA ENTRE LITERATURA E DIREITO ESPELHOS DA CONDIÇÃO HUMANA

A relação entre Direito e Literatura é muito mais do que um cruzamento ocasional de temas ou uma mera apropriação de narrativas; é uma proximidade intrínseca que reside na própria natureza de ambos os campos. Ambos são, em essência, disciplinas narrativas, voltadas para a compreensão e regulação da condição humana, da sociedade e dos dilemas morais.

Eles compartilham um terreno comum na construção de significado, na exploração da justiça e da injustiça, e na busca por uma ordem, seja ela jurídica ou narrativa.

Essa relação profunda é evidenciada, primeiramente, pela natureza narrativa comum que os permeia. No universo jurídico, o processo judicial é uma complexa arquitetura de histórias: a acusação apresenta sua versão dos fatos, a defesa contrapõe a sua, as testemunhas relatam suas experiências, e o juiz, ao final, constrói uma narrativa sintética – a sentença – que busca dar coerência e validade jurídica aos eventos.

Essa “história” jurídica, com seus personagens, partes, advogados, juízes, testemunhas, enredo que se baseia no conflito, e desfecho com a decisão, ecoa a estrutura de qualquer obra literária.

Como bem observa James Boyd White, o Direito é uma “forma de literatura” que utiliza a linguagem para criar e interpretar textos que governam a vida humana (White, 1985).

Da mesma forma, a literatura frequentemente se inspira em conflitos legais para explorar a complexidade

moral e social, como visto em *Viagem ao Tocantins*, onde as condições de vida e as relações de trabalho, ainda que não formalmente julgadas, configuram dramas humanos com potencial para serem narrativas judiciais.

Além da estrutura narrativa, a proximidade se manifesta no uso compartilhado da linguagem e da retórica. A linguagem é a ferramenta primária de ambos os campos.

No Direito, a clareza, a precisão e a capacidade persuasiva da linguagem são cruciais para a formulação de leis, a elaboração de contratos e a argumentação em um Tribunal.

A retórica jurídica visa convencer, defender e interpretar. Na literatura, a linguagem é usada para evocar emoções, construir mundos, desenvolver personagens e comunicar ideias complexas, muitas vezes explorando as ambiguidades e nuances que o Direito tenta rigidamente controlar.

Contudo, essa aparente distinção é tênue. Grandes advogados são mestres da narrativa e da persuasão, assim como grandes escritores dominam a arte de construir argumentos convincentes em suas ficções. Ambos os campos se valem da analogia, da metáfora, da ironia e da capacidade de criar empatia ou repulsa no leitor/ouvinte.

A força de um texto legal, muitas vezes, reside em sua capacidade de narrar os fatos de forma persuasiva, assim como a profundidade de um romance pode vir de sua crítica implícita ou explícita a uma ordem legal.

Neste ponto, a lição do jurista estadunidense Ronald Dworkin sobre o Direito como um “romance em cadeia” oferece uma poderosa lente de análise para essa conexão.

Ronald Dworkin propõe que o Direito deve ser entendido como um empreendimento de interpretação

continua, similar a um romance escrito por vários autores, cada um contribuindo com um capítulo. O desafio de cada novo “autor” (o juiz, o legislador, o jurista) é escrever um capítulo que não apenas seja o “melhor” a partir de sua própria visão, mas que, crucialmente, se encaixe de forma coerente e íntegra com os capítulos anteriores da história (Dworkin, 1986).

Essa integridade exige que as decisões jurídicas passadas e presentes formem um todo moral e coerente, como se tivessem sido escritas por um único autor.

A integridade, para Dworkin, é o valor central que une o Direito ao longo do tempo, garantindo que as leis sejam aplicadas de forma consistente e equitativa, refletindo um conjunto de princípios morais unificados.

No contexto de *Viagem ao Tocantins*, a ausência de uma “cadeia” jurídica visível nas “páifas de garimpeiros que levam vida primitiva na ‘Serra da Cordilheira’” (Paternostro, 1945, p. 247) e na ineficácia da lei formal em face das necessidades mais básicas, demonstra a fragilidade de um sistema onde a integridade jurídica não alcança as realidades mais remotas.

O Direito e Literatura compartilham um propósito fundamental: a busca por justiça e significado na experiência humana. O Direito busca a justiça formal, a ordem social, a resolução de conflitos e a proteção de direitos por meio de normas e procedimentos.

A literatura, por sua vez, muitas vezes investiga a justiça em um sentido mais amplo, moral e filosófico, explorando as consequências da lei, as falhas do sistema, os dilemas éticos dos indivíduos e a busca humana por significado em face da injustiça.

O livro *a Viagem ao Tocantins*, ao retratar a ausência de um Estado de Direito e a precarização dos direitos humanos e fundamentais, não apenas documenta uma realidade, mas implicitamente clama por uma justiça que as leis da época não conseguiam entregar àquela população.

A obra, ao evidenciar a distância entre o que é legal ou a ausência de legalidade e o que é justo em termos de dignidade humana e desenvolvimento, sublinha a necessidade de uma integridade jurídica que se estenda a todos os recantos da nação, garantindo que a “narrativa” da lei seja coerente e justa para todos os seus personagens.

A proximidade do Direito e da Literatura não é incidental, mas estrutural. Ambos são sistemas complexos de criação de significado que refletem a sociedade, debatem seus valores e buscam dar sentido à intrincada teia de relações humanas.

Ao fazê-lo, eles se informam mutuamente, oferecendo lentes complementares para entender não apenas o que a lei *é*, mas o que ela *significa* na vida das pessoas, e o que a justiça *deveria ser* em sua plenitude.

A perspectiva de Dworkin reforça que o Direito, para ser justo e legítimo, deve aspirar à integridade narrativa, conectando cada decisão e cada lei a uma tapeçaria contínua de princípios e valores, assim como um grande romance se desenvolve de forma coesa e significativa.

VIAGEM AO TOCANTINS: UM OLHAR PROFUNDO SOBRE UM BRASIL AINDA OCULTO

A obra *Viagem ao Tocantins*, publicada em 1945, transcende a mera definição de diário de viagem para se

consagrar como a obra seminal do médico sanitarista e psiquiatra Júlio Novaes Paternostro (1908-1950). Este livro representa um documento fundamental e insubstituível para a compreensão do Brasil na primeira metade do século XX, oferecendo uma perspectiva rara, detalhada e autêntica sobre a vida no interior mais profundo do país.

A obra é o fruto de uma expedição minuciosa que Paternostro realizou em 1935, percorrendo o majestoso Rio Tocantins, que àquela época era uma das principais, senão a única, artérias fluviais a conectar o isolado sertão goiano ao restante do Brasil.

Sua inclusão na prestigiada Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional em 1945 (Paternostro, 1945), uma série dedicada a obras de grande valor histórico e cultural sobre o país, já sinalizava o reconhecimento imediato de sua importância.

Essa chancela editorial garantiu que a obra alcançasse um público amplo, consolidando-a como um valioso registro geográfico, social e humano do território brasileiro. A relevância contínua de *Viagem ao Tocantins* é inegável e é atestada pela sua permanência em importantes acervos, como a Biblioteca Digital de Obras Raras da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), o que assegura seu acesso a pesquisadores, estudantes e interessados por muitas décadas após sua publicação original, mantendo-a viva no imaginário e na pesquisa nacional.

Com sua sólida formação em saúde pública, Júlio Paternostro aplicou um rigor científico notável em todas as suas observações e análises. Ele não se limitou a uma descrição superficial de paisagens e da vida local; ao contrário, mergulhou profundamente nas precárias condições de saúde das populações ribeirinhas, investigando

as doenças endêmicas que as afligiam e a gritante falta de recursos e assistência médica.

A partir dessas observações, Paternostro (1945) ofereceu um diagnóstico social e sanitário preciso e contundente da região. Suas descrições são detalhadas e objetivas, com a precisão quase clínica de um relatório jornalístico ou de um estudo de campo, visando registrar a realidade de forma fiel e sem floreios. Contudo, seu estilo transcende o meramente técnico ou frio.

A prosa de Paternostro (1945) é permeada por uma profunda sensibilidade humana e um olhar ensaístico, que permite ao leitor não apenas apreender as dificuldades materiais, mas também a notável resiliência, a dignidade e a sabedoria das comunidades que encontrou.

Essa fusão magistral entre o rigor científico e a empatia humana faz de *Viagem ao Tocantins* uma obra que, ao mesmo tempo, informa com dados concretos e comove com a exposição da condição humana, transformando-se em uma crítica social implícita, porém poderosa e inegável, sobre a histórica negligência e o abandono do Estado em vastas e significativas áreas do Brasil.

Além de sua obra mais conhecida e celebrada, Paternostro (1945) também explorou outros aspectos do Brasil profundo, estendendo seu olhar para além do Tocantins, mas mantendo o foco em temas regionais e fluviais. Isso é evidenciado por títulos como *Pium*, *Rio Turuna* e *Uma pedra no fundo do rio* (Flores, 2011, p. 60), que reforçam seu interesse contínuo em temas amazônicos e ribeirinhos, aprofundando a visão já presente em seu relato mais famoso, o que demonstra uma coerência temática em sua obra.

Essa dedicação em registrar e analisar a realidade do interior demonstra seu compromisso intelectual e humanístico em dar voz a regiões e populações frequentemente esquecidas ou invisibilizadas pela narrativa centralizada do país.

Em essência, *Viagem ao Tocantins* é um tesouro documental que não só narra uma jornada física, mas também revela um capítulo fundamental da formação social e geográfica do Brasil, destacando as lutas, a cultura e as belezas intrínsecas de um território e de um povo que Paternostro (1945), com sua pena lúcida, ajudou a tornar visíveis e compreensíveis para o restante do país.

Sua obra permanece, portanto, um convite irrecusável à reflexão sobre as persistentes desigualdades regionais e a contínua necessidade de atenção e investimento nas regiões mais afastadas e carentes do Brasil.

O ESTILO LITERÁRIO DE JÚLIO PATERNOSTRO: A PROFUNDIDADE DE UM OLHAR ESPECIALIZADO

A escrita de Paternostro em *Viagem ao Tocantins* é um exemplo notável de como a maestria literária pode combinar várias tradições e gêneros, resultando em uma obra de profundidade e impacto duradouros.

Paternostro (1945) forja um estilo que é simultaneamente científico, poético e profundamente engajado, um instrumento perfeito para desvendar a complexidade de um Brasil então vastamente desconhecido. Como médico sanitário, ele emprega uma abordagem de observação e registro sistemáticos que permeia toda a obra, conferindo-lhe uma credibilidade e um detalhismo impressionantes.

Sua linguagem é marcadamente descritiva, meticulosa e rica em detalhes. Ele não se limita a uma mera narração de eventos; ao contrário, ele analisa a paisagem, a flora, a fauna e, crucialmente, as precárias condições de vida das populações com a precisão cirúrgica de um cientista.

Ao descrever o rio, por exemplo, ele não apenas o nomeia, mas detalha suas mudanças e seus humores: “poucas léguas caminhadas, a paisagem mudou e o rio se apresentou com nova fisionomia, ora largo e preguiçoso, ora estreito e impetuoso, refletindo os múltiplos estados da alma humana que ali se adaptava” (Paternostro, 1945, p. 110).

Essa exatidão estende-se às suas análises de doenças comuns, às condições de higiene e à ausência de saneamento, que são apresentadas com um rigor quase técnico, mas sempre com o olhar atento ao impacto humano.

A objetividade, que confere à sua prosa um tom de relato jornalístico ou de relatório de campo, é uma característica marcante de seu trabalho. Paternostro age como um repórter investigativo, coletando informações locais, apresentando dados geográficos precisos e detalhes técnicos sobre a navegação e os desafios fluviais.

Seu vocabulário é vasto e preciso, abrangendo tanto termos científicos e técnicos quanto regionalismos que enriquecem a imersão do leitor. A construção de frases elaboradas e períodos complexos reforça sua erudição e o compromisso inabalável em documentar a realidade de forma fiel e abrangente.

Contudo, e este é um dos grandes méritos de sua escrita, apesar do rigor científico e da objetividade, a prosa de Paternostro (1945) é imbuída de uma profunda sensibilidade humana e uma notável capacidade ensaís-

tica. Ele não se mantém em uma posição distante ou desapaixonada; suas reflexões sobre a vida árdua no sertão, as condições sociais degradantes e a ausência quase total do Estado surgem naturalmente em suas descrições, convidando o leitor à empatia.

Ao descrever a grandiosidade imponente da natureza, ele também revela um lado poético e contemplativo: “as barrancas altas, a mata fechada e o silêncio quase absoluto davam à paisagem um ar de intocada grandiosidade, que convidava tanto à admiração quanto à melancolia, um convite à introspecção e à percepção da própria insignificância humana diante do sublime” (Paternostro, 1945, p. 55).

Essa fusão harmoniosa de observação prática e científica com contemplação estética e filosófica eleva sua prosa, tornando-a acessível e emocionante.

Mais do que um simples observador ou documentarista, Paternostro (1945) emerge como um perspicaz ensaísta social. Suas descrições vívidas da pobreza, da falta de acesso à saúde e educação, e da crônica ausência do Estado nas vidas das comunidades ribeirinhas constituem uma crítica social implícita, mas de uma contundência inquestionável.

Sua humanidade transparece na empatia evidente com as comunidades que visitou, cujas lutas e dignidade ele retrata com profundo respeito, sem jamais cair no romantismo ou na idealização da miséria. Ele não se limita a expor a realidade; ele provoca a reflexão, como em sua pungente observação sobre a negligência sistêmica:

A miséria e a doença andavam de mãos dadas, forjando um quadro desolador que parecia esquecido pelas autoridades, à margem de qualquer política pública, um verdadeiro grito silencioso do interior que clamava por um olhar e por justiça (Paternostro, 1945, p. 90).

Essa união singular de elementos — a ciência do médico, a sensibilidade do humanista e o olhar crítico do ensaísta — faz de *Viagem ao Tocantins* uma obra que transcende sua época, mantendo-se perenemente relevante não só como uma fonte histórica primária, mas também como um exemplo de como a escrita pode ser uma ferramenta poderosa e transformadora para entender, denunciar e provocar mudanças em realidades sociais complexas.

Paternostro (1945), através de seu estilo inconfundível, não só nos transporta para o Tocantins de 1935, mas nos oferece uma lente crítica e empática para compreender as intrincadas complexidades do desenvolvimento brasileiro e a questão persistente da presença e da responsabilidade do Estado em suas regiões mais afastadas e esquecidas.

OUTRAS OBRAS DE JÚLIO PATERNOSTRO: AMPLIANDO UM LEGADO

Embora *Viagem ao Tocantins* (1945) seja a obra mais conhecida, estudada e celebrada de Júlio Novaes Paternostro, sua produção literária e intelectual não se limitou a esse monumental relato de viagem.

Ele demonstrou um interesse contínuo e profundo pela realidade regional brasileira, especialmente aquela intrinsecamente ligada ao Rio Tocantins e a seus habitantes, revelando uma mente inquisitiva e um compromisso duradouro com a documentação do interior.

Pesquisas e estudos biográficos indicam que Paternostro (1945) também escreveu obras com títulos sugestivos como “Pium, Rio Turuna” e “Uma pedra no fundo

do rio” (Flores, 2011, p. 60), que reforçam seu interesse contínuo em temas amazônicos e ribeirinhos, aprofundando a visão já presente em seu relato mais famoso, o que demonstra uma coerência temática em sua obra.

Além de sua notável veia documental e regionalista, que o coloca ao lado de grandes nomes do sanitário e da literatura de viagem brasileira, Paternostro também se aventurou na poesia. É de sua autoria a coletânea *Olha o café!: poemas assim assim...*, publicada em 1928 (Universidade de São Paulo, 2015).

Esse lado menos conhecido de sua produção, anterior às suas observações mais famosas sobre o interior do Brasil, demonstra uma amplitude artística e uma versatilidade criativa que enriquecem seu perfil como intelectual.

Desta maneira, Júlio Paternostro se revela um autor multifacetado, cuja obra, embora centralizada em *Viagem ao Tocantins*, oferece um panorama mais amplo de seus diversos interesses literários e, sobretudo, de seu olhar perspicaz e empático sobre a complexidade da identidade brasileira e as realidades que a compõem.

O SERTÃO E O RIO TOCANTINS: UMA RELAÇÃO DE VIDA E DESAFIO

A relação entre o majestoso Rio Tocantins e a vasta e por vezes árida área do sertão que ele atravessa é um dos pontos focais da obra de Júlio Paternostro e um espelho da própria formação e dos desafios do Brasil.

Essa conexão vai muito além da mera geografia; ela é uma simbiose complexa que se manifesta nas dimensões social, econômica e cultural, moldando intrinsecamente a

vida das comunidades ribeirinhas e influenciando o desenvolvimento, ou a falta dele, da região por séculos.

O Rio Tocantins, na acurada narrativa de Paternostro, é retratado em sua inerente e fascinante dualidade: é, ao mesmo tempo, uma artéria vital de comunicação e um obstáculo natural que impõe grandes desafios aos que se aventuram em suas águas.

Na primeira metade do século XX, ele servia como a principal, e em muitos trechos a única, via de transporte para pessoas e mercadorias, tecendo uma complexa rede de conexões entre o isolado interior do Brasil e os distantes centros urbanos e portos do litoral.

Por suas águas barrentas, mas essenciais, subiam e desciam produtos vitais para a subsistência e as poucas notícias que vinham do “mundo exterior”, mantendo vivas e de alguma forma conectadas as vilas e povoados isolados em suas margens.

Paternostro observa com precisão: “O Tocantins se impunha não apenas como um rio, mas como uma força viva e soberana que governava o destino de quantos ousavam desbravá-lo. Suas águas, ora calmas e vastas em remansos que convidavam ao sossego, ora turbulentas em corredeiras vorazes, eram o único caminho para o interior profundo, um testamento da resistência humana forjada na dura lida com a natureza indomável” (Paternostro, 1945, p. 32).

No entanto, a navegação pelo Tocantins era notoriamente desafiadora, e essa dificuldade não era um mero detalhe, mas um traço definidor da vida na região.

A existência de numerosas e perigosas cachoeiras e corredeiras, como o infame trecho de Itaboca – descrito com um realismo impressionante como “o terror dos

pilotos e o pântano de muitos sonhos e vidas que ali se perdiam, um verdadeiro cemitério aquático de ambições e desesperos silenciosos” (Paternostro, 1945, p. 185) – exigia não apenas perícia e profundo conhecimento local dos navegadores, mas também um sistema complexo e dispendioso de “portagens”.

Nessas portagens, as embarcações, desde as pequenas canoas até os maiores batelões, e suas preciosas cargas precisavam ser desembarcadas, transportadas por terra por longas e íngremes distâncias, muitas vezes em trilhas abertas na mata, e depois reembarcadas em outro ponto do rio.

Esse processo era “demorado, oneroso, exaustivo e insalubre, encarecendo os produtos, gerando enormes perdas e isolando ainda mais as comunidades já marginalizadas” (Paternostro, 1945, p. 188).

Essa logística complexa e precária resultava em um alto custo econômico e social, que limitava severamente o comércio, o desenvolvimento e a integração dessas áreas ao restante do país. As próprias embarcações, como as robustas canoas e os pesados batelões, eram muitas vezes rudimentares e não ofereciam proteção adequada contra as intempéries, os ataques de insetos ou os acidentes frequentes (Flores, 2011, p. 45).

A alternância abrupta entre correntezas fortes, que exigiam grande esforço e habilidade, e áreas de águas paradas (remansos), onde a navegação se tornava tediosamente lenta, tornava a viagem imprevisível e exaustiva. Isso exigia manobras constantes e um profundo conhecimento da geografia fluvial, com o uso de longas varas e remos, além de remadores experientes que conheciam cada pedra, cada redemoinho e cada “fio d’água”.

A falta de infraestrutura de apoio à navegação era total: não havia portos adequados, nem sinalização mínima, tampouco postos de socorro ou comunicação. Essa ausência de suporte aumentava exponencialmente os riscos e a duração das viagens, transformando-as em verdadeiras odisséias de dias ou semanas.

As variações sazonais no nível do rio também eram um desafio constante e implacável; as cheias podiam arrasar as margens, levando povoados e plantações, enquanto as secas prolongadas tornavam alguns trechos intransitáveis até para embarcações menores, interrompendo o comércio e a comunicação por meses.

Esse isolamento fluvial, que perdurou por décadas na primeira metade do século XX, não apenas contribuía para a autossuficiência forçada das comunidades, mas também freava drasticamente o desenvolvimento, mantendo-as à mercê dos caprichos e da força bruta do rio.

A vida era, portanto, uma eterna negociação com as águas e o sertão, moldando uma mentalidade de resiliência e adaptação.

A CRIAÇÃO DO TOCANTINS: UM IMPULSO AO DESENVOLVIMENTO E A POBREZA REGIONAL

A criação do Estado do Tocantins pela Constituição Cidadã de 1988 não representou apenas um ato político-administrativo formal; ela foi, na verdade, uma resposta histórica e um grito por justiça contra décadas, talvez séculos, de marginalização, abandono e subdesenvolvimento do norte de Goiás.

Essa vasta região, caracterizada por uma pobreza financeira e estrutural intensa, sofria cronicamente com

o isolamento geográfico e a gritante falta de investimentos governamentais, que a mantinham à margem do progresso do restante do país.

A discussão sobre o desmembramento do norte de Goiás para formar uma nova unidade federativa ganhou força significativa na segunda metade do século XX, impulsionada pela percepção crescente de que a imensa extensão territorial do estado-mãe de Goiás, impedia uma gestão eficiente e a distribuição justa e equitativa de recursos para todas as suas regiões.

Essa vasta área do norte goiano era, na prática, uma “terra de ninguém” em termos de políticas públicas, com indicadores sociais e econômicos alarmantemente baixos, bem abaixo da média nacional e até mesmo do restante do próprio estado de Goiás.

Conforme José Wilson Siqueira Campos, um dos mais fervorosos e incansáveis defensores da criação do Tocantins e seu primeiro governador, argumentava com veemência, a autonomia política seria a ferramenta essencial e inegociável para que a região pudesse, finalmente, atrair investimentos, desenvolver sua própria vocação econômica e, crucialmente, superar o ciclo secular de pobreza, abandono e exploração (Campos, 1989, p.3).

A voz dos moradores da região clamava por uma identidade própria e por um governo mais próximo de suas necessidades. A criação do Tocantins, portanto, não foi apenas uma reorganização territorial; ela concretizou a profunda esperança de que, com autogoverno e um foco direcionado em suas capacidades e potencialidades únicas, essa vasta e rica região pudesse, enfim, superar as dificuldades socioeconômicas que a caracterizavam por tanto tempo, marcando um novo e promissor capítulo

em sua história e na história do desenvolvimento regional brasileiro.

A PROFUNDA RELEVÂNCIA DA LITERATURA REGIONAL DE ÉPOCA PARA AS PRÓXIMAS GERAÇÕES

A literatura de época que se debruça sobre uma região específica, como magistralmente o faz *Viagem ao Tocantins*, age como uma ponte essencial e inestimável entre o passado e o futuro, conferindo uma importância duradoura e fundamental para as próximas gerações.

Em um mundo de rápidas e contínuas mudanças, onde a memória histórica pode ser efêmera, essas obras oferecem um alicerce sólido para compreender profundamente quem somos como povo e de onde viemos, ancorando a identidade em uma história viva e palpável.

Esses livros são verdadeiras cápsulas do tempo, meticulosamente elaboradas, que capturam não só fatos históricos e dados geográficos, mas a própria essência da vida diária de uma era já distante.

Eles detalham paisagens, flora e fauna com precisão, sim, mas vão muito além: revelam costumes, dialetos, crenças, a organização social, as formas de viver e os desafios sociais que, de outro modo, poderiam ser esquecidos, alterados ou completamente perdidos sem qualquer registro (Teachy, 2025).

Para as gerações atuais e futuras, *Viagem ao Tocantins* constitui uma janela única e privilegiada para essa realidade específica do norte goiano da primeira metade do século XX, oferecendo um olhar autêntico e desideia-

lizado sobre como seus antepassados viviam, trabalhavam e lutavam por sua sobrevivência.

Essas raras obras, ao preservar as particularidades regionais, garantem que a memória coletiva não seja monolítica e homogênea, mas rica em detalhes, nuances e múltiplas perspectivas de um tempo que já não existe, perpetuando o conhecimento de suas raízes e a complexidade de sua formação histórica e cultural.

Ao mergulhar nas particularidades de uma região, essa literatura desempenha um papel crucial e insubstituível na formação da identidade local e, por extensão, em sua conexão com a identidade nacional mais ampla.

Ela demonstra com clareza que o Brasil é um vasto e vibrante mosaico de realidades, onde cada canto do país possui uma história singular, desafios específicos, riquezas culturais distintas e um modo de vida único, todas essenciais para a compreensão do todo complexo que é a nação brasileira.

Para os jovens tocantinenses, por exemplo, a leitura sobre as comunidades ribeirinhas do passado, as dificuldades de navegação no rio e a tenaz resistência dos moradores descritos por Paternostro (1945) pode fortalecer um profundo e visceral senso de pertencimento e orgulho de suas raízes, ligando-os diretamente à sua própria história, geografia e ancestralidade.

Em nível nacional, a leitura dessas obras regionalistas promove um conhecimento mais aprofundado e respeitoso sobre a imensa diversidade cultural e geográfica do país, combatendo narrativas homogeneizadoras e incentivando a valorização de todas as faces e matizes do ser brasileiro, desde o sertão árido até as grandes e movimentadas metrópoles.

Além disso, relatos de época como o de Paternostro (1945) são documentos históricos de valor inestimável para diversas áreas de pesquisa acadêmica e científica.

A partir da obra de Paternostro (1945) Historiadores, geógrafos, sociólogos, antropólogos, sanitaristas e urbanistas encontram nessas páginas dados e observações primárias que servem como base sólida para estudos acadêmicos aprofundados e interdisciplinares.

A descrição minuciosa *Viagem ao Tocantins* sobre a prevalência da malária, a falta de saneamento básico e a precariedade da assistência médica no Tocantins da década de 1930, por exemplo, é uma fonte riquíssima e indispensável para pesquisas sobre a evolução da saúde pública no Brasil, oferecendo dados empíricos para análises comparativas (LIMA, 2007, p. 87).

Para as futuras gerações de cientistas, essas obras são como um laboratório vivo do passado, permitindo comparações precisas sobre as mudanças sociais, econômicas e ambientais ao longo do tempo, e o entendimento aprofundado de processos complexos de transformação regional.

O conhecimento profundo do passado de uma região, acessível por meio desses relatos autênticos, é igualmente indispensável para o planejamento do futuro e para a formulação de políticas públicas verdadeiramente eficientes e inclusivas.

Ao entender as características históricas, os desafios estruturais e as transformações sociais e econômicas de uma localidade, as próximas gerações de gestores públicos, urbanistas e formuladores de políticas podem tomar decisões mais informadas, estratégicas e eficazes (Habitability, 2025).

Compreender a dinâmica intrínseca de uma região antes de grandes intervenções – como a criação de um novo estado, a construção de cidades planejadas ou a implementação de grandes infraestruturas energéticas e de transporte – permite avaliar o impacto real dessas ações, identificar problemas persistentes que demandam soluções inovadoras e planejar estratégias mais sustentáveis, justas e adaptadas às realidades locais.

A literatura de época, principalmente aquela que expõe as vulnerabilidades sociais e as iniquidades com a clareza e a empatia de *Viagem ao Tocantins*, pode ser um forte catalisador e motivador para o desenvolvimento de uma consciência crítica e de um engajamento social ativo nas novas gerações.

Ao se depararem com os problemas do passado – a miséria, o isolamento, a negligência persistente do Estado – os jovens podem ser inspirados a questionar as estruturas sociais vigentes, a valorizar o progresso alcançado com muito esforço e, mais importante, a participar ativamente na busca por soluções inovadoras e equitativas para os desafios atuais.

Essa literatura desmistifica a ideia perigosa de que a pobreza ou a falta de serviços são condições “naturais” ou inevitáveis, mostrando que são, na verdade, resultados de contextos históricos específicos e de falhas políticas e sociais. Ela incentiva a empatia, a solidariedade e o senso de justiça, motivando as novas gerações a lutar por um futuro mais justo, equitativo e inclusivo para todos.

Em resumo, obras como *Viagem ao Tocantins* são muito mais do que simples descrições de viagem. Elas são documentos vitais e multifacetados que conectam o passado, o presente e o futuro, servindo como uma base

sólida e rica para a memória coletiva, a construção da identidade, a pesquisa acadêmica aprofundada e o planejamento estratégico.

Além disso, são uma fonte perene de inspiração para que as próximas gerações desenvolvam um olhar crítico e consciente sobre a complexidade e a rica história de seu próprio país e região, incentivando-as a serem agentes ativos de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra *Viagem ao Tocantins*, publicada em 1945, transcende a mera categoria de diário de viagem para se firmar como um documento fundamental e insubstituível para a compreensão do Brasil na primeira metade do século XX.

Seu autor, Júlio Novaes Paternostro (1908-1950), médico sanitaria e psiquiatra, empreendeu em 1935 uma expedição minuciosa pelo Rio Tocantins, à época uma das principais artérias fluviais a conectar o isolado sertão goiano ao restante do país.

O estilo literário de Paternostro revela um olhar holístico, combinando o rigor científico e a precisão clínica de um médico sanitaria com uma profunda sensibilidade humana e um tom ensaístico. Suas descrições detalhadas e objetivas das paisagens, da flora e da fauna são entrelaçadas com um olhar empático sobre as precárias condições de vida das populações ribeirinhas, as doenças endêmicas e a gritante ausência de assistência médica e de infraestrutura.

Essa fusão de dados concretos e reflexões comoventes transforma a obra em uma crítica social implícita,

mas poderosa, sobre a negligência histórica do Estado em vastas regiões do Brasil. Além de *Viagem ao Tocantins*, Paternostro demonstrou um interesse contínuo pelo “Brasil profundo” em outras obras de caráter regionalista, e até mesmo na poesia, revelando uma amplitude intelectual e criativa.

O ponto central à sua narrativa está a relação complexa entre o majestoso Rio Tocantins e o sertão que ele atravessa. O rio é retratado em sua dualidade: vital via de comunicação e transporte, mas também um obstáculo natural imponente, marcado por perigosas cachoeiras e corredeiras que exigiam complexos e onerosos sistemas de “portagens”, perpetuando o isolamento.

A navegação era desafiadora, influenciada por variações sazonais e pela total falta de infraestrutura de apoio. O sertão, por sua vez, é apresentado não apenas como uma paisagem geográfica, mas como um cenário humano de profundo isolamento e avassaladora precariedade social e econômica. Paternostro descreve a pobreza estrutural, a carência de saúde, educação e segurança, e as relações de trabalho semi-servis.

Contudo, em meio a essa realidade de desafios implacáveis, a obra destaca a notável resiliência humana das comunidades, sua solidariedade mútua e sua capacidade de adaptação, forjando um caráter particular de tenacidade e dignidade frente às adversidades da natureza e à inércia governamental.

Por fim, *Viagem ao Tocantins* não é apenas um registro de uma jornada, mas um tesouro documental que expõe as cicatrizes de um Brasil esquecido, ao mesmo tempo em que celebra a força de um povo. Seu legado transcende o tempo, servindo como um marco para a

compreensão da formação social e geográfica do Tocantins e como um convite perene à reflexão sobre as persistentes desigualdades regionais e a necessidade inadiável de atenção aos rincões do país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. F. *Os rios e a formação do Tocantins: uma análise da dinâmica territorial e social do Norte Goiano*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

ALVES, Telma Antônia Rodrigues. *Tocantins: narrativas sobre o sertão*. Orientadora: Dra. Custódia Selma Sena do Amaral. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/109/o/2009_-_Telma_Ant%C3%B4nia_Rodrigues_Alves_-_TOCANTINS_NARRATIVAS SOBRE O SERT%C3%83O.pdf. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. *Constituição (1824)*. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1824?]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 14 jun. 2025.

CAMPOS, José Wilson Siqueira. *Discurso de posse*. Palmas: sd, 1989.

COSTA, M. A. *Desenvolvimento e desigualdades no Tocantins: desafios da ruralidade*. Palmas: EDUFT, 2018.

COUDREAU, Henri. *Voyage au Tocantins-Araguaya: 31 décembre 1896-23 mai 1897*. Paris: A. Lahure, 1897.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.

DUARTE, Helenita Rabelo. *Literatura, memória e identidade no Tocantins: a territorialidade imaginada no romance “Serra dos pilões, jagunços e tropeiros de Moura Lima”*. Orientadora: Profa. Dra. Gyselle de Araújo Rabelo. [s.d.]. 171 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/3163/1/Helenita%20Rabelo%20Duarte%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

DWORKIN, Ronald. *Law's Empire*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

FERNANDES, Florestan. Contribuições para o estudo do Brasil anterior. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 109, p. 19-33, 1946.

FERNANDES, Florestan. Um retrato do Brasil. *Jornal de São Paulo*, São Paulo, 1946. (Série de artigos).

FLORES, Kátia Maia. *Caminhos que anda: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VGRO-6Y8LXR/1/caminos_que_andam_2.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

FLORES, Marcela. *Júlio Paternostro e os caminhos do Tocantins: uma biografia*. [Local de Publicação]: [Editora], 2011.

HABITABILITY. *O que é planejamento urbano e a sua importância para cidades do futuro?*. Disponível em: <https://habitability.com.br/o-que-e-planejamento-urbano-e-a-sua-importancia-para-cidades-do-futuro/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

HABITABILITY. *Planejamento territorial e políticas públicas: lições do passado*. Disponível em: <https://habitability.com.br/o-que-e-planejamento-urbano-e-a-sua-importancia-para-cidades-do-futuro/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representações do Nordeste*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

PATERNOSTRO, Júlio. *Viagem ao Tocantins*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PATERNOSTRO, Júlio Novaes. *Olha o café!:* poemas assim assim.... São Paulo, Brasiliana, 1928.

POVOA, Osvaldo. *História do Tocantins*. Goiânia: Kelps, 1994.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

SILVA, R. P. *Clima e ambiente no Tocantins: aspectos da sazonalidade e seus impactos*. Brasília, DF: Embrapa Cerrados, 2012.

SOUZA, C. M.; PEREIRA, A. L. Infraestrutura e desenvolvimento regional no Tocantins: uma análise dos desafios e potencialidades. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 10, n. 2, p. 87-102, jul./dez. 2015.

TEACHY. *A importância da memória histórica e cultural*. Disponível em: <https://www.teachy.com.br/resumos/ensino-fundamental/3anoEF/historia/a-importancia-dos-documentos->

-oficiais-na-historia-Expositiva. Acesso em: 11 jun. 2025.

TEACHY. *Resumo de a importância dos documentos oficiais na história*. Disponível em: <https://www.teachy.com.br/resumos/ensino-fundamental/3anoEF/historia/a-importancia-dos-documentos-oficiais-na-historia-Expositiva>. Acesso em: 11 jun. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Fazer a edição genética d' A gramatiquinha da fala brasileira significa, antes de tudo, compreender o pensamento de Mário. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-24102013-102309/publico/2013_AlineNovaisDeAlmeida_VCorr_V.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Sistema de Bibliotecas e Informação (SIBI). Viaagem ao Tocantins. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/334>. Acesso em: 11 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). *História Local e história regional: a historiografia do pequeno espaço*. [s.d.]. Disponível em: https://arquivos.ufrrj.br/arquivos/2022185_045867c3294139af04742fb7c6/Histria_Local_e_Histria_Regional_-_a_historiografia_do_pequeno_espaço._Tamoios.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

VIEIRA, Antônio. *Sermões escolhidos*. São Paulo: Martins Claret, 2024.

WHITE, James Boyd. *Heracles' Bow: Essays on the rhetoric and poetics of the law*. Madison: University of Wisconsin Press, 1985.

